

I Congreso Latinoamericano de Teoría Social. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

Economía Solidária e a invisibilização política e acadêmica de grupos de mulheres.

Machado, María Izabel y Tamanini, Marlene.

Cita:

Machado, María Izabel y Tamanini, Marlene (2015). *Economía Solidária e a invisibilização política e acadêmica de grupos de mulheres. I Congreso Latinoamericano de Teoría Social. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-079/159>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Maria Izabel Machado - PGSOCIO/UFPR

izabelpjmp@gmail.com

Marlene Tamanini - PGSOCIO/UFPR

tamaniniufpr@gmail.com

Mesa 28: Divisão Sexual do Trabalho (Produção e Reprodução) e Relações de Gênero:
mudanças, permanências e significados

Economia solidária e a invisibilização política e acadêmica de grupos de mulheres

RESUMO

A Economia Solidária no Brasil conta atualmente com empreendimentos diversos em seus formatos e práticas. Em comum entre eles estão a produção cooperada e processos gerenciais mais horizontais se comparados ao modelo empresarial típico. Contudo, ainda que em muitos casos essas experiências de geração de renda desempenhem importante papel na mitigação da pobreza, em seu interior segue sendo reproduzida a gendrificação como princípio organizador da divisão do trabalho. Ganham relevância acadêmica e política os empreendimentos de maior porte como as cooperativas agrícolas, com predominância masculina. As mulheres são maioria nos grupos de pequeno porte, sem existência jurídica formal e que por um conjunto de variáveis movimentam pouco capital econômico, conseqüentemente distanciando-se das possibilidades de acesso a políticas de fomento e/ou financiamentos públicos. As leituras acerca desses empreendimentos tornam-se limitadas quando são deixadas de lado as múltiplas imbricações que culminam na invisibilização do trabalho feminino mesmo no interior da Economia Solidária. A abordagem que propomos parte de observações empíricas junto a Clubes de Troca de Curitiba e Região Metropolitana à luz do conceito de gênero e suas interseccionalidades, que segundo nossa hipótese permitiria a desconstrução de essencialismos e naturalizações presentes na prática cotidiana ainda que contrários aos princípios da Economia Solidária.

Palavras chave: economia solidária, gênero, mulher

Introdução

O cooperativismo como prática coletiva de produção pode ser observado em diferentes períodos e contextos sócio históricos, contextos esses que possuem em comum o desafio de responder a crises econômicas de alcance e intensidades variadas. No Brasil grande parte

dessas iniciativas surge através da Igreja Católica, rapidamente ganhando notoriedade e apoio de universidades e organizações do terceiro setor, em geral como alternativa ao desemprego e ao aumento dos índices de pobreza.

A classificação de um empreendimento como solidário implica em alguns requisitos: produção coletiva, participação equitativa nos resultados, horizontalidade na gestão, entre outros. Desde esse núcleo comum se desdobram múltiplos formatos: cooperativas agrícolas e de crédito, associações formais e informais de trabalhadores, grupos de troca e/ou consumo solidário.

Não obstante esse esteio comum tem se verificado um processo de hierarquização entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que reproduz no interior da economia solidária práticas de divisão sexual do trabalho reproduzindo padrões gendricados de maneira desigual para homens e mulheres. As cooperativas, grupos maiores e formalmente reconhecidos acumulam algumas vantagens se comparadas aos Clubes de Troca, por exemplo. Estes últimos, formados majoritariamente por mulheres, acumulam desvantagens como a impossibilidade de acessar políticas públicas e/ou recursos em função de sua “inexistência” jurídica.

O que pretendemos com esse artigo é lançar sobre a Economia Solidária uma mirada analítica a partir da perspectiva de gênero e de suas imbricações a fim de problematizar os processos de invisibilização aos quais estão submetidos esses grupos de mulheres mesmo no seio de práticas como Economia Solidária que têm como mote a emancipação econômica e social.

1. A institucionalização da economia solidária: o que é e o que não é ecosol

No contexto brasileiro a expressão economia solidária foi utilizada pela primeira vez em 1996 pelo economista Paul Singer em um periódico de circulação nacional, como uma saída possível e viável ao desemprego e às frustradas tentativas de transformar os desempregados em microempreendedores:

Para que a estratégia "microeconômica" de combate ao desemprego tenha êxito é preciso inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes. A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um

mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam. [...] A economia solidária poderá de fato viabilizar uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego. (Singer, 1996).

Ainda que Paul Singer aproxime essa nova economia das experiências de cooperativismo do período pós-revolucionário inglês, o que se depreende do artigo de 1996 que apresenta a Economia Solidária ao grande público é que se tratava naquele contexto de criar um setor econômico “especialmente projetado”, novo, construído pelo poder público e apoiado por setores interessados no combate ao desemprego. Esta reflexão, contudo, faz-se à margem das teorias que já haviam problematizado a noção de classe sem sexo e a divisão sexual do trabalho, que era ignorada nas clássicas teorias a respeito das classes sociais. A solidariedade e a igualdade não foram pensadas a partir do que significava ser homem e ser mulher no contexto do trabalho produtivo e reprodutivo, tampouco se levou em conta que quem de fato precisava distribuir a renda por meio da comida e suprir o cotidiano eram as mulheres. A cidadania e a democratização na relação de produção e reprodução não estavam sendo pensada.

As concepções de Paul Singer, contudo, rapidamente ganharam notoriedade, adesões e conseqüentemente legitimidade. Em 2001 durante a realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM) criou-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que agregava 12 organizações de atuação nacional, que passaram a se reunir entre as edições seguintes do FSM. A partir do Grupo de Trabalho houve pressão política junto ao governo Lula (eleito pela primeira vez em 2002), para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o que ocorreu em 2003, subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Nome consensual entre as organizações que compunham o Grupo de Trabalho, Paul Singer foi indicado para assumir a pasta, sendo empossado em junho de 2003. Uma das primeiras medidas à frente da SENAES foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que ganhou status de expressão máxima do movimento Economia Solidária e atuava como interlocutor junto ao governo.

Uma das demandas para a formulação de estratégias de ação para a Economia Solidária era conhecê-la em suas múltiplas expressões no cenário nacional. A partir de 2003, portanto, um mapeamento dos empreendimentos solidários começa a ser delineado. No ano de 2005, partindo de um primeiro levantamento dos empreendimentos em todo país, foi criado o

Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), um banco de dados que concentra as informações estatísticas dos mapeamentos já realizados.

De acordo com a SENAES foram realizados duas grandes coletadas de dados: a primeira entre 2005 e 2007, mapeando 21.859 empreendimentos e a segunda entre 2009 e 2013, que entre a retirada de empreendimentos que não mais existiam desde a primeira coleta e acréscimo de novos gerou uma base de dados com 19.708 empreendimentos.

Entre as publicações dos resultados dos mapeamentos está o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007) que, além de dados estatísticos, apresenta algumas definições do que pode ser considerado em Empreendimento Econômico Solidário (EES):

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações: a) coletivas - serão consideradas as organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.(Anteag, 2009, p. 18).

De acordo com o Atlas a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são variadas e vão desde grupos informais, como Associações de Mães e Clubes de Troca, a grupos formalizados, como Cooperativas de Produção ou Crédito. Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário está a organização coletiva supra familiar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados.

A partir da segunda edição do mapeamento entre 2009 e 2013 foram apresentados outros dados em parte compilados na obra *A economia solidária no Brasil*, por Luiz Inácio Gaiger em 2014. Os dados apresentados a partir da segunda edição aprofundaram e detalharam informações importantes, sobretudo no tocante a composição dos empreendimentos, os contextos de emergência e as motivações para a manutenção dos mesmos.

Desde o primeiro mapeamento divulgado pela SENAES e mais recentemente com a publicação dos dados da segunda edição, uma das informações que produziu maior desconforto se refere à participação masculina nos empreendimentos:

Tabela: participação masculina e feminina nos EES

Tipo de empreendimento	Média nacional de participantes	Média de homens	Média de mulheres
Grupos informais	19 sócias/os	7	12,5
Associações	73 sócias/os	39	34
Cooperativas	249 sócias/os	169	80
Empresas mercantis	145 sócias/os	82	63

Fonte: Gaiger, 2014

Os homens comporiam majoritariamente os empreendimentos solidários conforme os dados acima. Essa informação tem produzido certo desconforto em função de um descompasso entre a percepção dos agentes e animadores presentes nos empreendimentos e o que os números apontam. Como indica Eugênia Motta (2010), e ainda de acordo com a percepção de participantes dos grupos que pesquisamos, a participação masculina no cotidiano dos grupos é residual, os homens seriam exceção.

Há uma ponderação no primeiro mapeamento quanto ao porte dos empreendimentos, a participação feminina seria majoritária nos grupos informais e com até 10 sócios (Anteag, 2009), porém a metodologia de coleta e sistematização dos dados revela o caráter estrutural dessa hierarquização. Ainda que de forma não consciente ou deliberada os processos de institucionalização da Economia Solidária têm reproduzido assimetrias de gênero, ancoradas e naturalizadas através da forma como se organizam valores e poderes com valência diferencial e desigual para as mulheres.

Após o segundo mapeamento essa tendência de prevalência masculina segundo as estatísticas se mantém no sul do país, por exemplo, onde a média de homens participantes é de 77 para 40 de mulheres. Estes aspectos se tornam ainda mais visíveis quando se observa a hierarquização entre os grupos percebida a partir do último mapeamento cujos resultados foram publicados em 2014. Na dianteira estão os empreendimentos que mobilizam maior número de participantes homens e, conseqüentemente movimentam maior volume de capital, na outra ponta estão os Clubes de Troca e as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que mobilizariam mais mulheres. Apenas no último mapeamento os EES cuja principal atividade econômica é a troca de bens ou serviços são visibilizados de forma mais específica correspondendo a 2,2% do total de empreendimentos (Gaiger, 2014). Esta hierarquização estrutural também revela importante gendrificação em termos de divisão sexual do trabalho no que tange à autogestão e à divisão equitativa de recursos com participação desigual para homens e para mulheres.

Os resultados do segundo mapeamento associados a pesquisas de caráter qualitativo permitem observar o que denominamos de feminilização do cuidado. A partir das novas coletas de dados realizadas entre 2009 e 2013 a participação de mulheres e homens nos empreendimentos pôde ser detalhada: “a presença de EES de grande porte na região sul, aliada a padrões culturais que mantém os homens como representantes das famílias associadas aos EES, explicaria a disparidade entre médias de homens e mulheres, respectivamente 77 e 40.” (Gaiger, 2014, p. 49). Os dados estatísticos reafirmam o que pesquisas qualitativas já apontavam, as mulheres são presença predominante nos grupos urbanos e informais em todas as regiões do país. Além de inseridas em grupos economicamente frágeis a insuficiência de aparatos públicos para a socialização do cuidado reforça a necessidade das mulheres buscarem arranjos através de redes de apoio uma vez que em apenas em 7% dos casos os companheiros das participantes dos EES se encarregam da atenção aos filhos ou outros familiares (Gaiger, 2014).

Os grupos informais nos quais sobressai a participação feminina são também os de maior precariedade econômica e sua emergência está ligada ao contexto econômico Latino Americano em especial na década de 90. Destacam-se entre eles os chamados Clubes de Troca. A partir de 1990, na Argentina, e do ano 2000 no Brasil, em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda, alguns grupos organizaram-se para trocar produtos e serviços, utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Iniciados em Curitiba, a partir de 2001, os primeiros Clubes reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Alguns párocos e assistentes sociais ligados à Igreja Católica incomodados com a prática meramente assistencialista da doação de cestas básicas procuraram o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), organização não governamental que atuava na criação e animação de grupos de Economia Solidária (Clubes de Troca e Padarias Comunitárias) a fim de buscarem assessoria quanto às alternativas possíveis.

A ideia inicial era que a distribuição de cestas básicas, absolutamente necessária, estivesse vinculada à participação no Clube de Trocas, a fim de trocar objetos que não interessassem mais, gradativamente passando a trocar itens de produção própria: artesanato, pães, bolos, produtos da horta.

Atualmente em Curitiba e Região Metropolitana há quatro grupos em funcionamento regular compondo a Rede Pinhão. Um dos grupos está na área rural, porém entre eles há mais proximidades que distanciamentos. A participação masculina é residual, entre as mulheres a

idade concentra-se na faixa dos 40 anos, a maioria sem ocupação no mercado formal de trabalho. Elas contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

Do ponto de vista do funcionamento, os grupos seguem uma espécie de base comum: os encontros são periódicos, em geral quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada todas apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda¹ referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. As participantes novas ou visitantes são apresentadas, há encaminhamentos práticos quanto às atividades do grupo como a produção de artesanato ou comercialização dos produtos. O ponto central são as trocas dos produtos seguido de um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

Ainda que seja recorrente entre os relatos o reconhecimento do grupo como um importante espaço de convivência e sociabilidade, o momento das trocas é certamente o mais aguardado. Há um trabalho intenso no sentido de motivar as participantes a trazerem para as trocas itens produzidos por elas, desde artesanato, produtos da horta, até bolos que possam ser consumidos durante o encontro. Todos os grupos em funcionamento atualmente utilizam como moeda de troca o Pinhão, moeda social que possibilita ampliar o circuito de trocas. Mediados por esta moeda os objetos circulam entre as participantes. Cada participante estipula quanto vale o produto que trouxe em “Pinhões”. Ao longo de alguns anos de observação foi possível constatar as “variações cambiais” do pinhão. Em meados de 2009, por exemplo, havia uma paridade pinhão-real, ou seja, um pinhão equivalia a um real e assim se estabeleciam os “preços” dos produtos. Atualmente é difícil encontrar produtos ofertados por mais de dois pinhões, mesmo quando se sabe que se fossem comprados fora dos Clubes teriam um valor superior.

¹ Moeda social utilizada para substituir o dinheiro e dinamizar o processo de trocas, no caso da Rede Pinhão todos os grupos utilizam a mesma moeda também denominada Pinhão. O uso da moeda já foi testado também em feiras e encontros entre os grupos.

Essa constatação nos coloca frente a duas possibilidades de leitura: uma sobre a materialidade das coisas - o que se troca -, e outra sobre as formas como se atribui valor aos produtos trocados. Dirigir a atenção sobre a materialidade da economia solidária construída nos Clubes de Trocas e as relações que ela mobiliza permitem perceber que os objetos ali trocados podem ser reunidos em torno de três grupos principais considerando a frequência em que aparecem nas trocas: alimentos, roupas e acessórios, produtos de artesanato.

Ao longo dos anos, não apenas o Pinhão sofreu variações, mas as coisas que se trocam também. Em 2009 os alimentos trocados eram essencialmente itens da cesta básica: arroz, feijão, azeite e café, esse último bastante valorizado. Inclusive, quando alguém levava café para trocar o levava pronto para o consumo e se trocava uma xícara por meio Pinhão. Quando questionada sobre esse tipo de “venda” uma liderança dizia: “para muitos é só aqui que tomam café”. Atualmente quando há itens alimentícios para troca são molhos prontos, chocolates, leite condensado, etc.

Para o momento do lanche, parte de todos os encontros, os que podem levar algo para compartilhar com os demais: bolo, suco, etc. Os alimentos levados para o lanche normalmente não entram no circuito de trocas e são deixados à parte para o momento oportuno. Não é apenas uma pausa para comer algo. É um momento importante onde se pergunta da família, se trocam receitas e há, inclusive, certa competição para ver quem traz as coisas mais saborosas. Durante as observações realizadas em 2014 pouco se viu a troca de itens do lanche por Pinhão, quando ocorria quem ofertava não o fazia sem certo constrangimento. Nas duas vezes em que esse tipo de troca foi observado os itens trocados eram salgadinhos de festa e as pessoas que os “compraram” o fizeram pra levar para casa.

As trocas de roupas e acessórios também mudaram. Em 2009 tinham um papel mais central:

[no dia do encontro] eu chegava em casa eu trazia roupa pra minha filha, eu trazia roupa e calçado, eu trazia alimento e trazia também verdura (...) a gente chegava animada e chegava aqui, nesse dia sempre tinha verdura, o alimento, calçado e roupa eu não precisava comprar pra ela, que ela precisava pro colégio. (Idair, Clube de Trocas Nova Semente).

Na atualidade as roupas que são trocadas são as consideradas de “festa”, roupas para ir à igreja ou uniformes escolares para as crianças. Roupas para uso cotidiano, exceto os uniformes, não despertam muito interesse: “roupa ninguém quer mais”, como afirmou Dona Inair, que participa do Clube de Trocas da Amizade um dos primeiros que foram criados na

cidade. Quando os Clubes recebem doações de roupas consideradas comuns realizam bazares para a comunidade. As peças são vendidas por R\$ 0,50 e o dinheiro arrecadado é destinado ao Clube, para um passeio ou para realizar uma festa para as aniversariantes.

Os acessórios, contudo, ganham outra posição. Em um encontro do Clube de Trocas da Amizade uma senhora ao chegar sua vez de trocar escolheu uma aliança de bijuteria. Sentou-se, mostrou a aliança aos demais e disse que sua aliança de casamento já não servia mais em sua mão e que o marido tinha perdido a dele. Passou anos alternando entre usar ou não a aliança porque o marido não usava a dele, como uma espécie de protesto. Disse que chegou a comprar uma “banhadinha” para o marido, mas aí ela não queria usar porque as pessoas poderiam vê-los com alianças diferentes e pensar que ela era casada com outro. Relatou diversos momentos de conflito com o marido por essa razão ao longo dos 45 anos de casamento, terminou dizendo: “falta arranjar uma igual pra ele”. (D. Joana, Clube de Troca da Amizade).

O relato acima é bastante simples e facilmente passaria despercebido a uma observação mais apressada. Porém, a aparente insignificância do fato assume relevância para a análise ao apresentar-se como um caso emblemático de tipos diferentes de valores que são atribuídos aos objetos ali trocados. Junto com uma aliança de pouco ou nenhum valor monetário, Joana trocou sua história, a tensão cotidiana que compõe a memória de sua relação conjugal e a explicitação da maneira como se relaciona com representações sociais que compõem noções compartilhadas como a de família, por exemplo. Muitos são os casos em que partilhas como esta desencadeiam importantes debates que paulatinamente põem em questão relações de dominação vividas pelos participantes, provocando fissuras nos valores sociais que alimentam tais relações.

Como é possível perceber, os objetos de troca e a hierarquia das trocas são informadas diretamente por uma noção de cuidado com os filhos, com a casa, a família, com a reprodução cotidiana da vida. Impossibilitadas de acessar o mercado formal de trabalho, em função da pouca escolarização e/ou qualificação, e sujeitas à instabilidade do trabalho como diaristas, as mulheres acabam se utilizando do grupo e das trocas como meio para suprir necessidades básicas emergenciais, inclusive necessidades do campo da subjetividade. Em um dos grupos, quando instigadas a refletir sobre a importância e relevância dos Clubes de Troca uma das participantes afirmou: “eles fala que é insignificante, mas eles não sabe o que é uma mãe que não tem o que colocar direito na panela e chega do grupo pode dar um doce pro filho, tem uma verdura pra janta.” (Andreia, Clube de Trocas São Tiago). A percepção da estruturação

gendrificada na constituição da economia solidária como um todo, se evidencia aqui nos processos de feminilização da pobreza nos Clubes de Troca.

Na economia política, por exemplo, a construção do conceito de trabalho atuou fortemente na invisibilização do trabalho feminino, ao considerar socialmente útil, porque produtor de mais valia, apenas o trabalho na esfera pública (Adelman, 2004, p. 98). Segundo nossa hipótese, esse limite teórico-epistemológico estaria na base da invisibilização e da subalternização dos Clubes de Troca na atualidade. Ao não centrarem sua atuação na produção de bens e circulação de capital, somado e agravado pelo fato de serem feitos por e para mulheres, acionariam formas de trabalho invalidadas tanto pelas lógicas mercantis quanto para as leituras macro sociológicas.

Karen Sacks (1979) reúne pontos chave trabalhados por Engels, em especial na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, sobre a igualdade sexual das sociedades pré-classes e sobre como a igualdade teria sido minada pelas mudanças do trabalho feminino e pelo crescimento das famílias como unidades econômicas. A autora reinterpreta a terminologia de Engels e a emoldura no contexto das sociedades sem classe, apresentando dados etnográficos, como reconstrução histórica, para ilustrar a ênfase dada por Engels à importância do trabalho público para determinar o status social feminino e como a realização destes trabalhos considerados públicos serviram para informar e modificar ideias sobre a mulher como adulto.

A autora sugere ainda que as sociedades de classes usaram a família para circunscrever e subordinar a mulher, mesmo levando em consideração outros elementos, discordando de Engels que coloca na propriedade privada a origem da desigualdade entre os sexos. A autora propõe ampliar o conceito de trabalho social para incluir qualquer trabalho feito – isolado ou como parte de um grupo – para consumo ou apropriação de alguém de outra família. As organizações de trabalho podem envolver participação no grupo de trabalho cooperativo, um trabalho tributário para o chefe, impostos e uma criação coletiva de gado. A produção para troca também se expande, em todas as sociedades as pessoas se presenteiam e o receptor se encontra na obrigação de retribuir. Se não puder retribuir em bens o fará em trabalho. Ou seja, é mais do que propriedade privada, a divisão sexual do trabalho existe também em sociedades (clânicas, tribais), que não tem a noção de propriedade.

Tributária de sua filiação teórica e revistando a obra de Engels, a autora retoma a divisão do trabalho, a partir das classificações em produtivo e reprodutivo, doméstico e público, a fim de demonstrar as relações entre a posse de bens com potencial produtivo e o status de maioria social ou tutela, conforme a posse ou não desses bens, já existia, antes

mesmo da constituição das sociedades capitalistas; além de evidenciar que a retribuição em forma de trabalho dá a uma das partes a possibilidade de subordinar o poder de trabalho dos outros para seus fins.

Segundo Joan Scott (1994), os debates do século XIX apresentaram uma história causal acerca da Revolução Industrial, localizando a fonte do problema na transferência da produção do lar para a fábrica. A representação do artífice especializado como masculino oculta as diferenças entre mulheres e homens. Ocultando-se as diferenças de formação, estabilidade e duração de emprego, ocultam-se os padrões irregulares e as mudanças de emprego entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino. A construção do lugar social e político da diferença é única razão para as desigualdades entre homens e mulheres. A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um efeito que sublinha as diferenças biológicas, funcionais e morais, entre homens e mulheres. A consequência é que se legitimam e institucionalizam essas diferenças como base para a organização social, alimentando, por sua vez a opinião médica, científica e política sobre as impossibilidades do sexo feminino.

A identificação do trabalho feminino com certo tipo de emprego e como mão de obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras no século XIX, convertendo-se em senso comum. A legislação assegurava, por exemplo, que as mulheres eram dependentes e que as assalariadas eram um grupo insólito e vulnerável em certos tipos de empregos.

A economia política, por sua vez, preconizou que a noção de salário de um homem tinha que ser suficiente não só para sua própria subsistência, mas também para manter uma família, de outro modo a *raça* dos trabalhadores não podia durar. Pelo contrário, do salário de uma esposa não se esperava mais do que o suficiente para o seu próprio sustento. Esse pressuposto foi alargado para todas as mulheres, mesmo as que não eram casadas. Alguns teóricos diziam que o salário das mulheres deveria se manter baixo porque elas contavam com o apoio familiar; em consequência disso as mulheres solteiras que viviam longe dos seus lares e que não contavam com apoio familiar eram pobres. (Scott, 1994)

Segundo a perspectiva de Sandra Harding (1993), o marxismo acabou por reproduzir práticas e representações iluministas que negavam explicitamente qualquer traço de racionalidade às mulheres, elas podiam ser objeto da razão, mas nunca seus sujeitos. Ao reformular essa premissa, o movimento feito pelo marxismo é de substituição da burguesia (homens, brancos, heterossexuais) pelo proletariado, classe na qual as mulheres nunca foram vistas como membros de pleno direito; o trabalho da mulher diluía-se na classe tornando-as invisíveis.

Não caberia, portanto, ao capitalismo a invenção da subordinação feminina, mas seria necessário perguntar como este representou um acirramento dessa subordinação, perguntar como dinâmicas específicas acionam elementos estruturais. Para Harding (1993), a experiência social dos homens e da burguesia, experiência que por sua vez informa a produção do saber, ocultou a natureza política das relações sociais, vistas como naturais.

A divisão sexual do trabalho, desta forma, não pode ser pensada apenas pela perspectiva da classe; ela se funda sob a ordem moral, impressa pela cultura, produzindo valor social diferenciado para trabalho feminino e masculino. Além disso, como afirma Elizabeth Lobo (1991), a homogeneização da classe é uma abstração, apenas um recurso teórico que não raro se converte em armadilha teórica, se pensarmos, por exemplo, que não se sustenta etnograficamente o argumento de Engels da igualdade entre os sexos em sociedades pré capitalistas.

As representações socialmente construídas sobre mulheres e homens, seja no trabalho, na política, nos espaços públicos e privados, reproduzem-se também no interior da Economia Solidária, revelando o caráter estrutural dessas continuidades. O fato de muitas mulheres dos Clubes quando perguntadas sobre sua ocupação e/ou profissão afirmarem que não trabalham é um importante indicador dos processos de desqualificação e invisibilização do trabalho feminino. Ao não considerarem o trabalho dedicado à reprodução de vida e ao cuidado como trabalho efetivamente estão fazendo ressoar representações que hierarquizam de forma desigual homens e mulheres.

O modo como se define o que é trabalho e a maneira binária como se separa trabalho produtivo e reprodutivo, indissociáveis no cotidiano, se reflete também nos processos de institucionalização da Economia Solidária como trataremos a seguir.

2. As invisibilizações sobrepostas

Não obstante a importância dos Clubes de Troca para as participantes esses grupos são apenas mencionados no Atlas nacional sem qualquer informação mais detalhada sobre sua atuação e qual relação eles desempenham junto a seus participantes e as comunidades onde estão inseridos. Como já relatado, recebem maior destaque os empreendimentos formais de maior porte e com maior movimentação financeira, revelando o que está apenas tacitamente estabelecido entre os movimentos sociais e empreendimentos solidários: a relevância

econômica informa o lugar e o status do grupo e esconde a gendrficação desigual para homens e mulheres.

Entre as explicações para o quase desaparecimento desses grupos das informações estatísticas está o processo de construção dos mapeamentos de empreendimentos solidários. Os registros disponíveis que poderiam contribuir para a compreensão do caminho de institucionalização da Economia Solidária não nos permitem delinear com clareza as razões pelas quais os pequenos grupos foram sendo invisibilizados. No entanto, questiona-se até que ponto, as abordagens macro como pressupostos das pesquisas de mapeamento contribuíram para uma dupla invisibilização: estes grupos não aparecem porque são pequenos e porque seriam grupos de mulheres?

As tensões entre os envolvidos no processo de definição do que seriam empreendimentos solidário para fins de mapeamento se deram antes mesmo da primeira ida a campo para aplicação dos questionários em 2005, quando membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) apontaram para as limitações da definição de EES. Segundo os críticos dessa definição, os critérios de viabilidade e sustentabilidade econômica trazidos ao centro deixariam a solidariedade em segundo plano, deixando de fora, por sua vez, grupos que não têm na movimentação de capital sua centralidade, em especial Clubes de Troca, que surgiram exatamente para estabelecer relações de troca não intermediadas pelo dinheiro.

O papel desempenhado pelos Clubes de Troca ultrapassa e transcende à troca de produtos frente à precariedade monetária, como já apontam outros estudos (Machado, 2012). Sua atuação no restabelecimento de sociabilidades primárias tem como resultado não apenas a mitigação da miséria absoluta, mas o estabelecimento de redes de proteção que incluem o combate à fome, mas compreendem também o combate à violência contra a mulher, a proteção da velhice e da infância e um espaço de reconhecimentos mútuos.

Além disso, há grupos, por exemplo, que decidiram não produzir artesanato para comercializar, por diversas razões que incluem a dificuldade de obter capital inicial, a pouca qualificação para a produção e as limitações formais para a emissão de notas fiscais exigidas determinados espaço de comercialização. Querem ater-se as trocas internas ao grupo, o que evidencia o fato de que não mobilizarem capital através da comercialização não significa irrelevância econômica. Há uma forte rede de trocas materiais interna aos grupos que oferta alimentação mais diversificada, uniformes escolares e mesmo brinquedos para os filhos e netos, circuito econômico não contabilizado pelas pesquisas quantitativas até então realizadas.

Haveria, portanto basicamente dois circuitos econômicos estabelecidos a partir dos Clubes de Troca. Um interno, centrado nas trocas e que assegura itens necessários à

reprodução da vida cotidianamente: a verdura, o uniforme, os brinquedos. Outro seria percorrido pelos grupos e/ou participantes que optam por produzir artesanato para a venda. Há uma feira permanente de economia solidária que ocorre quinzenalmente em uma paróquia da periferia da cidade e também um ponto fixo para comercialização dos produtos na casa de uma família participante de um dos empreendimentos.

A comercialização é sem dúvida um dos principais desafios. Levar os produtos à feira não é garantia de venda, queixa recorrente entre os que participam regularmente desse espaço. Esbarra-se na pouca diversidade dos produtos, na qualidade muitas vezes insuficiente e nas limitações decorrentes da informalidade: a inexistência jurídica impede que os pagamentos possam ser feitos com cartões ou que possam ser emitidas notas fiscais.

A informalidade compromete ainda a possibilidade de acessar recursos e financiamentos que poderiam potencializar as ações como compra de equipamentos, matéria prima, etc. Bancos de fomento são inaccessíveis e mesmo organizações religiosas tem cada vez menos conseguido assegurar apoio efetivo em função das prestações de contas que precisam ser feitas. Mesmo o CEFURIA, organização que acompanhava os grupos com formação cidadã e desempenhava importante papel na animação da Rede Pinhão não tem mais os Clubes de Troca como prioridade, retirando recursos financeiros e humanos do acompanhamento aos grupos, uma das razões para o quase desaparecimento dos Clubes de Troca. Em meados dos anos 2.000 havia cerca de 50 grupos em funcionamento e atualmente são apenas quatro.

Por outro lado formalizar os grupos através da obtenção de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) implicaria transformar esses grupos em pequenas empresas com todos os custos que isso implicaria como manter um contador e a arrecadação de impostos, algo impossível dada a precariedade financeira dos Clubes.

Os Clubes de Troca acionam e produzem circuitos econômicos como relatado acima, porém o estabelecimento da viabilidade econômica como critério central para a filiação à Economia Solidária pareceu-nos reproduzir o *modus operandi* do mercado em suas expressões mais atuais e também mais perversas. Os resultados de produção e faturamento definem quais são as experiências consideradas empreendimentos de fato, conferindo-lhes legitimidade, reconhecimento e o acesso a recursos diversos para sua manutenção.

Segundo a perspectiva mercadológica quando se trata da participação das mulheres nos Clubes de Troca pouco importa se o que se troca contribui à mitigação da pobreza extrema, a produção de bens subordina a reprodução da vida. Relegar essas práticas à irrelevância e conseqüentemente à invisibilidade não as promove em termos profissionais e

sociais, tampouco propicia condições para emancipações; o binarismo público/privado classificando trabalhos relevantes e irrelevantes ancora-se, na noção de produção e reprodução, que se impõe não apenas como um limitador teórico, mas, sobretudo das práticas engendradas no interior dos empreendimentos, promovendo, quando muito apenas emancipações parciais ou o exercício de uma cidadania regulada, mediada por interlocutores tidos como mais capazes, portanto mais legítimos.

Os processos de institucionalização da economia solidária desde a utilização dessa expressão pela primeira vez contribuíram para formar um campo de mobilizações sociais e de investigação acadêmica, onde as iniciativas de geração de trabalho e renda de sindicatos, movimentos sociais, igrejas, empresas autogestionárias, governos e universidades passam a pertencer a um único e mesmo universo. Um dos pontos de tensão está na maneira como se tem produzido dados que informam a leitura da prática. Não se trata apenas de produzir leituras adequadas e abrangentes, mas partimos da concepção que uma vez produzidos dados e conceitos estes teriam potencial inclusive de retroalimentar as práticas.

A economia solidária do ponto de vista da produção acadêmica aparece sempre em trânsito entre modelos mais universalizantes (como superação do capitalismo) ou mais localizados (como alternativa de resistência ou sobrevivência), segundo a interpretação do pesquisador e as características empíricas específicas do material, local ou grupo investigado. Entende-se que o ponto de partida destas pesquisas toma esses modelos enquanto unidades dicotômicas, e além de assimetrias e hierarquizações, abriga o risco de ler as experiências a partir de concepções substancialistas de elementos que se contrapõe, resultando em comparações e generalizações tão somente compreendidas no contraste, perdendo-se pelo caminho investigativo as complexidades e singularidades da economia solidária e de suas diversas manifestações em contextos específicos.

As dificuldades frente à diversidade de práticas se refletiram no processo de mapeamento dos empreendimentos e na necessidade de criar definições e parâmetros. O mapeamento instituiu as bases que permitiram afirmar quem é e quem não é Economia Solidária: “O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (Anteag, 2009, p. 17). Segundo o Atlas, são ainda características importantes dos empreendimentos a cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade, este último um dos mais multivocais que compreenderia: a preocupação permanente com justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e

com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores (Anteag, 2009, p 17).

As disputas e críticas em torno do mapeamento se deram em virtude da dificuldade de criar conceitos abrangentes que dessem conta da diversidade de empreendimentos. Para alguns a definição de Empreendimento Econômico Solidário deixaria de fora iniciativas importantes que não se enquadrariam nos requisitos primeiro da pesquisa e posteriormente das políticas públicas criadas a partir desta, destinadas aos empreendimentos. Na primeira investida do mapeamento era apenas suposto que os empreendimentos indicados para a pesquisa fossem “solidários”. Seria pelo preenchimento ou não dos requisitos estabelecidos nos parâmetros do SIES que o empreendimento seria dado como confirmado enquanto EES. Para atender as demandas metodológicas os empreendimentos solidários foram aproximados da lógica empresarial, como demonstrou o relato etnográfico de Eugênia Motta ao ilustrar como ao mesmo tempo o questionário aplicado nos empreendimentos informa aos seus participantes sua identidade enquanto Economia Solidária e ensina-os, por exemplo, a calcular seus rendimentos (Motta, 2010). O critério de definição de um EES passa, portanto, necessariamente por critérios de produtividade e viabilidade econômica. Fora desse circuito estaríamos tratando de formas primitivas de troca e/ou sociabilidade.

O desconforto produzido acerca da percepção das participantes quanto à participação de homens e mulheres em contradição com os dados estatísticos, assim como a representatividade urbano/rural de acordo com os mapas contidos no Atlas (Anteag, 2009) tem entre as hipóteses a predominância no ambiente rural de cooperativas agrícolas de médio e grande porte. Ocupando vasta extensão territorial e montantes significativos de capital esses empreendimentos se destacariam em relação ao número de sócios e recursos envolvidos. Além disso, apesar de o trabalho ser de base familiar, as mulheres não são consideradas sócias. No espaço urbano segundo a hipótese mais provável seria a de que grandes empreendimentos como fábricas recuperadas teriam no quadro de trabalhadores a maioria masculina.

Acrescentamos às hipóteses levantadas por Eugenia Motta (2010) a prática cultural largamente explorada pelos consagrados institutos de pesquisa em identificar as tarefas de provisão familiar com figura do “chefe de família”. Como argumenta Zuleica Oliveira (2007), embora o IBGE tenha modificado metodologicamente sua base de coleta de sistematização de dados acompanhando as mudanças no cenário brasileiro é forte ainda a tendência de aproximação da noção de “chefe de família” da figura masculina.

Durante o ano de 2013 foi realizada uma nova ida à campo para a realização do 2º. Mapeamento Nacional, com dados parciais já divulgados, desta vez não para perguntar a respeito dos empreendimentos, mas acerca de seus participantes. A título de exemplo cabe mencionar a experiência de uma das autoras deste trabalho, entrevistadora no processo do mapeamento, que reforça a hipótese problematizadora acerca da predominância masculina nos empreendimentos e o modo como os dados são coletados. Entre os grupos visitados para o mapeamento estava um grupo de cinco mulheres que produziam bolachas caseiras em uma área rural no entorno da cidade de Ponta Grossa. As três que foram entrevistadas relataram separadamente o mesmo padrão: trabalhavam com a família na roça com a produção de fumo, em casa sozinhas cuidando da produção de hortaliças e animais de pequeno e médio porte, mas sem acesso ao dinheiro obtido com a venda do fumo, iniciaram a fabricação de bolachas em uma dinâmica onde o dinheiro obtido ali seria realmente delas.

Em outros empreendimentos visitados também foi possível observar o papel do (s) mapeamento (s) no que arriscamos chamar a “invenção” da Economia Solidária. Em dois empreendimentos na região litorânea do estado do Paraná os requisitos de viabilidade econômica foram verificados, no entanto seus participantes, com exceção de uma entre os 13 entrevistados, não tinham até aquele momento ouvido falar em Economia Solidária.

De um total de 8 empreendimentos visitados apenas um estava na capital paranaense e era este o único que já tinha ouvido falar em Economia Solidária. Contudo a experiência das participantes com as instâncias ditas solidárias no município era extremamente negativa, o que implicou inclusive na relutância das entrevistadas em participar da pesquisa. A articulação dos EES feita via poder público (Fundação de Ação Social - Prefeitura Municipal de Curitiba) estava, segundo relatos, instrumentalizada no sentido de privilegiar determinados grupos em detrimento de outros conforme as relações interpessoais e de favorecimento estabelecidas. A consequência imediata era a impossibilidade de comercialização dos produtos nas feiras promovidas pela prefeitura.

O processo de institucionalização da Economia Solidária como demonstrado acima desembocou no que consideramos um processo de invisibilização do trabalho de determinados setores, em especial os Clubes de Troca, não apenas em função do escasso impacto econômico das trocas, mas, sobretudo, por se tratar de um trabalho desempenhado majoritariamente por mulheres. Como já referimos, a Economia Solidária tem certamente se erigido em uma importante alternativa à pobreza, mas tem se prestado também a reproduzir assimetrias de gênero.

As formulações teóricas que ora são informadas pela prática, ora a informam, acionam noções binárias como produtivo/improdutivo, público/privado, relevante/irrelevante, que em nada contribuem para o tensionamento das fronteiras do antagonismo que consideramos estrutural e estruturante dessa lógica, o binário produção e reprodução. A divisão sexual do trabalho presente também nos empreendimentos solidários não apenas remonta como reforça a clássica divisão do trabalho entre quem produz bens, riqueza, etc., e os que estariam apenas destinados à reprodução da vida. Acionar a ideia de complementariedade das funções e papéis sociais, além de simplista, reafirma o histórico processo de invisibilização e desqualificação do trabalho feminino.

Considerações finais

A naturalização dos binários público/privado, produção/reprodução precisa ser desconstruída, sob pena de que estas concepções continuem formando e informando teoria e prática. Os processos que culminaram na definição do que sejam empreendimentos solidários lamentavelmente se valeram de modelos teóricos e epistemológicos que há muito não dão conta da complexidade de arranjos e relações tecidos pelas mulheres e homens participantes da Economia Solidária. Ao se ancorar a validade dos grupos em sua sustentabilidade econômica produziu-se o acirramento das assimetrias convertidas em desigualdades de condições para o acesso a recursos materiais e simbólicos.

A feminilização da pobreza nesse caso passa pela invalidação de determinadas formas de trabalho especificamente as associadas ao cuidado, à reprodução da vida, ao doméstico, à mitigação emergencial da miséria. Como ondas que se irradiam a partir de um centro, a invalidação do trabalho repercute na invalidação da fala, do saber, da existência mesma.

O que queremos salientar nesta discussão é que partindo de uma perspectiva teórica epistemológica quantitativa e economicista incorre-se no risco de reproduzir olhares e lógicas universalizantes, insuficientes para abarcar a complexidade de experiências e sujeitos envolvidos na Economia Solidária. Perguntar apenas pelos dados do mapeamento, ou então pelo lucro ou resultados econômicos obtidos pelos empreendimentos é a mesma pergunta feita massivamente pelo mercado e que o autoriza a descartar contingentes imensos como *inúteis para o mundo* (Castel, 2009). Ao trazer para o centro da análise os critérios de viabilidade econômica relega-se a solidariedade a adereço, no sentido de que se não emancipa economicamente a experiência é irrelevante e enquanto tal não figura entre as passíveis de receber investimentos humanos e materiais.

Do ponto de vista praxiológico a classificação de práticas como irrelevantes resulta não apenas na desqualificação de inúmeras atividades desenvolvidas no país, mas na sua condenação primeiro à invisibilidade, depois ao desaparecimento. Ao não serem enquadradas nos critérios de EES grupos como os Clubes de Trocas, que não possuem existência jurídica e/ou não asseguram viabilidade econômica, ocupam um lugar marginal, quando não fora, das políticas públicas e principalmente dos recursos destinados à geração de renda e promoção da cidadania. Como um círculo vicioso: estão fora porque não geram renda e não conseguem implementar projetos de geração de renda porque estão fora.

Neste ponto se encontra um dos limites da Economia Solidária. Defendida como uma estratégia para vencer o desemprego, ela atua pouco e de forma incipiente na qualificação de seus membros. Os instrumentos de capacitação produzidos a partir dos Empreendimentos e das Redes são insuficientes para desconstruir uma das máximas do capitalismo neoliberal, segundo a qual cada um deve ser o empreendedor de si mesmo, qualquer sucesso ou fracasso é creditado unicamente ao (de) mérito de cada um. Não pretendemos com isso desqualificar ou invalidar tais práticas, mas lançar luzes a fim de que possam efetivamente acercar-se dos objetivos a que se propõem, especialmente a partir da experiência de muitas mulheres que veem na economia solidária e nos Clubes de Troca um espaço determinante para a retomada de suas trajetórias identitárias de forma emancipadora.

Referencias

Anteag. (2009). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos.

Castel, R. (2009). *Metamorfoses da Questão Social*. 8ª. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes.

Gaiger, L. I. (2014). *A Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.

Harding, S. (1993). *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. Revista Estudos Feministas N. 7 1/93, p. 7-31.

Lobo, E. S. (1991). As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: *Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: brasiliense, p. 115 -142;

Machado, M. I. (2012). “*Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo*”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 127 p.

Motta, E. de S. G. (2010). *Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária*. Tese de doutorado. UFRJ.

Sacks, K. (1979). Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: MICHELLE, Z. R.; LAMPHERE, L. *A mulher a cultura a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185 -231

Scott, J. W. (1994) A mulher trabalhadora. In: *História das Mulheres, Século XIX*. (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, sob a direção de Arlete Farge e Natalie Zemon Davis, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, p. 443 – 475;

Secretaria Nacional de Economia Solidária. (2013). *Boletim informativo da Senaes*. Recuperado em 29 setembro, 2014, de <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20S ENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>

Singer. Paul. (1996). *Economia solidária contra o desemprego*. Jornal Folha de São Paulo. Recuperado em 05 junho, 2015, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opinio/9.html>